

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

A respeito de técnicas orçamentárias e ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

- 61** O ciclo orçamentário corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até sua apreciação final.
- 62** Chama-se orçamento programa a técnica orçamentária voltada para a avaliação e a tomada de decisão sobre despesas segundo a qual as ações de um programa governamental, ou parte delas, constituem unidades de decisão cujas necessidades são avaliadas em pacotes de decisão.

Com relação ao planejamento orçamentário segundo o modelo orçamentário brasileiro, julgue os próximos itens.

- 63** A lei orçamentária anual deve consignar demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- 64** O plano plurianual deve conter o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- 65** A lei de diretrizes orçamentárias deve conter a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos.

A lei orçamentária anual previa o valor de R\$ 3 bilhões para determinado tribunal de contas estadual, para o exercício de 2021. Desse montante, R\$ 2,5 bilhões foram alocados em despesas de custeio e R\$ 500 milhões, em despesas de capital. No momento da execução dos recursos, o tribunal de contas estadual precisou de mais R\$ 100 milhões para despesas de capital, as quais não estavam previstas inicialmente na lei orçamentária, para a aquisição de novos veículos de transporte dos conselheiros. A alternativa encontrada para resolver esse impasse foi mudar R\$ 100 milhões de custeio para capital.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 66** A efetivação da referida alteração orçamentária independe de autorização legislativa.
- 67** A referida alteração orçamentária representa um crédito adicional extraordinário.

A seguir, é apresentado o demonstrativo financeiro hipotético de determinada entidade, cujos valores estão em reais.

receita industrial	2.000.000
receita de serviços	2.000.000
receita patrimonial	1.000.000
operações de crédito	10.000.000
impostos	100.000.000
taxas	1.000.000
contribuições de melhoria	1.000.000
dívida ativa tributária	5.000.000
alienação de bens	3.000.000
amortização	2.000.000
receita da dívida ativa não tributária	1.000.000

Tendo como referência esse demonstrativo financeiro, julgue os itens subsecutivos.

- 68** O valor total da receita tributária da entidade é igual a R\$ 107.000.000.
- 69** O valor total das receitas correntes da entidade é igual a R\$ 113.000.000.

No mês de setembro de 2021, o governo do estado do Rio de Janeiro encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto da lei orçamentária para o ano de 2022, com previsão de equilíbrio nas contas do estado. A receita total estimada para 2022 é de R\$ 76,4 bilhões, o que representa R\$ 16,5 bilhões a mais do que a prevista na lei orçamentária relativa ao ano de 2021 — que foi calculada em R\$ 69,2 bilhões. A receita tributária para 2022 foi prevista conforme a seguinte tabela, em que os valores registrados estão em reais.

receita tributária	65.341.498.545
ICMS	46.571.581.069
IPVA	3.366.898.498
ITCD	1.664.524.789
IRRF	4.692.491.402
outros impostos, taxas e contribuição de melhoria	9.046.002.787

Considerando essas informações, julgue o item a seguir.

- 70** No momento da elaboração do projeto de lei orçamentária do ano de 2022, a receita de impostos do estado do Rio de Janeiro se encontrava no estágio de lançamento.

Acerca de receita pública, julgue os itens seguintes.

- 71** A inscrição de créditos tributários em dívida ativa provoca uma variação patrimonial ativa.
- 72** A dívida ativa constitui uma parcela do passivo da entidade pública.

A próxima tabela mostra dados referentes à execução orçamentária de um ente público.

receitas	valor (em R\$)
depósitos em garantia	1.000.000
antecipação da receita orçamentária	1.000.000
receitas patrimoniais	5.000.000
receitas de alienação de bens	1.000.000
receitas de operações de crédito	10.000.000
receitas de contribuições	1.000.000
receitas tributárias	100.000.000
transferências correntes	20.000.000
<b>total</b>	<b>139.000.000</b>

Com base nos dados precedentes, julgue o próximo item.

- 73** O montante de recursos que não foram reconhecidos como receitas orçamentárias é igual a R\$ 138.000.000.

No que diz respeito à execução orçamentária, julgue os itens a seguir.

- 74** O Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE.RIO) consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo do estado do Rio de Janeiro.
- 75** Conforme o princípio da descentralização, os gerentes ou administradores públicos devem assumir, de forma personalizada, a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma ação de governo.

Relativamente à despesa pública, julgue os itens que se seguem.

- 76** Em contabilidade pública, uma despesa orçamentária não efetiva é um fato permutativo, pois, no momento em que ocorre, não afeta o patrimônio público.
- 77** Os seis estágios da despesa pública são a estimação, a programação, a licitação, o empenho, a liquidação e o pagamento.
- 78** Restos a pagar, serviços da dívida a pagar e outras obrigações a pagar em até dois exercícios integram a dívida pública flutuante.
- 79** **Situação hipotética:** No último mês do mandato do prefeito de um município carioca, constatou-se que o caixa disponível não seria suficiente para liquidar todos os compromissos assumidos. Em vista disso, e desejando honrar com a folha de pagamento dos servidores do município, o prefeito determinou que fossem inscritas em restos a pagar todas as obrigações que não fossem urgentes, bem como que não se realizasse mais nenhuma contratação de despesa. Com isso, os compromissos urgentes foram todos honrados, zerando as disponibilidades de caixa da administração. **Assertiva:** Nessa situação, o prefeito conseguiu honrar os compromissos sem descumprir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 80** Inscrição como restos a pagar cancelada, mas com direito do credor ainda vigente, constitui uma despesa de exercício anterior.

Julgue os itens a seguir, com base em dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- 81** O limite da receita corrente líquida utilizada para cobrir a despesa total com pessoal do Poder Legislativo estadual, incluído o tribunal de contas do estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 3%.
- 82** O foco da LRF é o combate à má gestão dos recursos públicos e à corrupção.
- 83** Caso a realização da receita ameace o cumprimento da meta de resultado primário ou nominal divulgada, poderão ser limitados o empenho e a movimentação financeira do ente público, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias.
- 84** O reajuste de benefício da seguridade social com o objetivo de preservar seu valor real está condicionado à comprovação de que, nos períodos seguintes, seus efeitos serão compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente da despesa.

Considerando as disposições da Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsequentes.

- 85** O princípio da universalidade está explícito na referida lei, haja vista a previsão de que todas as receitas e despesas do governo e de seus órgãos devem constar da lei do orçamento.
- 86** Melhorar a gestão das finanças públicas, ao estabelecer competências e responsabilidades para os gestores, é o principal objetivo da Lei n.º 4.320/1964.
- 87** Além de normas de direito financeiro, a Lei n.º 4.320/1964 contempla também norma de direito tributário.

Quanto às transferências voluntárias, julgue os itens seguintes.

- 88** Caso o estado do Rio de Janeiro, por meio de convênio com um grupo de prefeituras, comprometa-se a destinar verbas para melhoria do sistema educacional, tal destinação de recursos, sem imposição legal, deverá ser reconhecida como uma redução da receita estadual.
- 89** Um município que seja negligente na efetiva arrecadação dos tributos de sua competência pode perder o direito de recebimento de eventuais transferências voluntárias dos governos federal e estadual.
- 90** Os recursos destinados pelo Ministério da Saúde ao Sistema Único de Saúde (SUS), a qualquer título, integram o rol de transferências voluntárias.

Julgue os itens a seguir, quanto ao conceito, aos tipos e às formas de controle.

- 91** No exercício de suas funções, a administração pública se sujeita ao controle executado pelos Poderes Legislativo e Judiciário, além de ela mesma exercer o controle sobre os próprios atos.
- 92** O Congresso Nacional e o Senado Federal detêm competência privativa para apreciar *a priori* os atos do Poder Executivo.

Acerca dos controles interno e externo, julgue os itens subsequentes.

- 93** O controle externo é aquele desempenhado por órgão apartado do controlado, tendo por finalidade a efetivação de mecanismos para garantir a plena eficácia das ações de gestão governamental.
- 94** O sistema de controle externo é hierarquicamente superior ao sistema de controle interno.
- 95** Compete ao controle interno auxiliar o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

A respeito do controle parlamentar, julgue os próximos itens.

- 96** O controle parlamentar se limita às questões de legalidade dos atos administrativos.
- 97** A apreciação *a priori* dos atos do Poder Executivo pelo Congresso Nacional e pelo Senado Federal constitui uma hipótese de controle parlamentar.

Julgue os itens subsequentes, quanto ao controle exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

- 98** Cabe ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta, excluídas as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- 99** As ações de controle externo do TCU devem seguir o plano de controle externo proposto pela Presidência da República, em alinhamento com o plano estratégico e as diretrizes do próprio TCU e das contas do presidente da República.

Com relação ao controle administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 100** O controle administrativo abrange os órgãos da administração direta ou centralizada e as pessoas jurídicas que integram a administração indireta ou descentralizada.
- 101** O poder de autotutela pode ser exercido *ex officio*, de maneira irrestrita e ilimitada, quando constatada ilegalidade de atos da administração pública.

Julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

- 102** Perda patrimonial da administração pública resultante da omissão de agente público não é suficiente para que a inércia de tal agente seja considerada ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 103** Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário auferir, mediante a prática de ato doloso, vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo ou de emprego público.

Relativamente ao controle da gestão pública, julgue os itens seguintes.

- 104** Na esfera pública, a noção de controle, sob a ótica orçamentária, envolve a legalidade dos atos praticados, a fidelidade dos agentes públicos e o cumprimento do programa de trabalho definido.
- 105** Compete ao Poder Executivo exercer o controle interno da gestão orçamentária, sem prejuízo das atribuições do órgão de controle externo.
- 106** A tomada de contas do presidente da República, nos termos da Constituição Federal de 1988, é realizada pela Comissão Mista do Orçamento.
- 107** Entidades que tenham por objeto a fiscalização de exercício profissional devem prestar contas de sua gestão ao Tribunal de Contas da União.
- 108** Compete privativamente ao Congresso Nacional provocar o Tribunal de Contas da União a exercer sua competência fiscalizadora.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, julgue os próximos itens.

- 109** Garantir a integridade do patrimônio público é objetivo da Lei de Improbidade Administrativa.
- 110** Configura ato de improbidade administrativa a conduta de, por qualquer motivo, intermediar a liberação de verbas públicas em troca de vantagem econômica pessoal.
- 111** Atos ilícitos contra o patrimônio de empresas privadas não se enquadram como atos de improbidade administrativa, em nenhuma circunstância.
- 112** Sócios e gestores de empresas privadas respondem, de forma solidária e ilimitada, por eventuais atos de improbidade administrativa praticados pela pessoa jurídica da qual participam.
- 113** Configura ato de improbidade administrativa a conduta de gestor público alienar bem público por preço inferior ao seu valor contábil líquido.
- 114** O responsável por ato de improbidade administrativa se sujeita, entre outras penalidades, à perda de direitos políticos por até oito anos.

Relativamente ao Tribunal de Contas da União e aos tribunais de contas dos estados, julgue os itens subsequentes.

- 115** Os tribunais de contas estaduais deverão ser integrados por um número ímpar de conselheiros, não superior a sete.
- 116** O Tribunal de Contas da União tem competência privativa para dispensar a prestação de contas de uma pessoa legalmente obrigada a fazê-la, observadas as prescrições constitucionais.
- 117** O Tribunal de Contas da União está impedido de fixar os vencimentos de seus ministros.

Julgue os itens a seguir, relativamente ao objetivo e ao regime da contabilidade aplicada ao setor público.

- 118** O patrimônio é o objeto da contabilidade aplicada ao setor público.
- 119** O registro contábil de uma variação patrimonial deve ocorrer independentemente da execução orçamentária.
- 120** Uma receita orçamentária somente será reconhecida contabilmente no momento da sua arrecadação.

No que se refere ao registro contábil da dívida fundada e da dívida flutuante, conforme o disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

- 121** As dívidas fundadas que dependam de autorização orçamentária devem fazer parte do passivo financeiro dos quadros que compõem o balanço patrimonial.
- 122** Os depósitos e débitos de tesouraria entram na composição da dívida flutuante.

A respeito do tratamento contábil dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores, julgue os itens subsequentes.

- 123** Os restos a pagar processados poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento do exercício financeiro do seu pagamento.
- 124** A importância exata a pagar é uma informação exigida no procedimento administrativo de reconhecimento da obrigação de pagamento de despesas de exercícios anteriores.
- 125** Para serem pagas, as despesas inscritas em restos a pagar devem ser previamente liquidadas.

Julgue os seguintes itens, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.

- 126** Os recursos financeiros oriundos de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar não devem ser reconhecidos como receita orçamentária.
- 127** Caso representem disponibilidade de recursos financeiros para o erário, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado são registrados como receitas orçamentárias.
- 128** A devolução dos ingressos extraorçamentários sujeita-se a autorização legislativa por serem eles constituídos de ativos e passivos exigíveis.
- 129** Uma receita pública será efetiva quando o ingresso da disponibilidade de recursos for precedido de registro do reconhecimento do direito ou constituir uma obrigação correspondente.
- 130** É originária a receita pública obtida pelo poder público por meio da soberania estatal.

Acerca das etapas e estágios das receitas e despesas públicas, julgue os itens subsecutivos.

- 131** A etapa do lançamento da receita pública antecede à fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento.
- 132** No estágio da liquidação da despesa orçamentária, é verificado o direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- 133** A transferência dos valores arrecadados à conta específica do tesouro é feita pelos agentes arrecadadores na etapa da arrecadação da receita orçamentária.

Julgue os itens a seguir, a respeito de registros contábeis relativos às operações de crédito.

- 134** Ainda que enseje obrigação a pagar para a administração pública, um passivo não deve ser registrado quando ausente a devida previsão orçamentária.
- 135** Ainda que implique a elevação do montante da dívida consolidada líquida, a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo ente federado não é equiparada a operação de crédito.

Relativamente a demonstrativos utilizados na contabilidade pública, julgue os itens seguintes.

- 136** O balanço orçamentário pode apresentar desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada caso sejam utilizados superávits financeiros de exercícios passados para a abertura de créditos adicionais.
- 137** A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada devem ser demonstradas em um dos quadros do balanço financeiro.
- 138** Admite-se a compensação entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas quando do levantamento da demonstração de variações patrimoniais, desde que haja determinação legal nesse sentido ou que norma específica assim autorize.
- 139** É vedada às entidades do setor público a apresentação de ativos e passivos em função de sua liquidez, ainda que de forma subsidiária.

Julgue os itens subsecutivos, com relação ao relatório resumido de execução orçamentária e ao relatório de gestão fiscal.

- 140** A periodicidade do relatório resumido de execução orçamentária é bimestral.
- 141** O relatório de gestão fiscal, instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser emitido obrigatoriamente a cada quadrimestre, exceto pelos municípios com menos de 50 mil habitantes.
- 142** O relatório resumido de execução orçamentária compõe o balanço orçamentário.

A respeito do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

- 143** O programa de atuação do poder público, em suas várias esferas, é expresso por meio do orçamento público.
- 144** A unidade orçamentária, como praticada no Brasil, se expressa na existência de uma única peça orçamentária: a lei orçamentária anual.
- 145** O ciclo orçamentário é um processo multidimensional e descontínuo de análise e decisão, haja vista sua necessária divisão em etapas sucessivas.

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 146** Os fundos de incentivos fiscais e as empresas que recebam recursos governamentais sob a forma, exclusivamente, de participação acionária estão excluídos do orçamento fiscal.
- 147** No plano plurianual devem-se estabelecer metas e objetivos da administração pública para as despesas de capital associadas aos programas de duração continuada.
- 148** Suponha que um investimento em infraestrutura tenha se tornado urgente no estado do Rio de Janeiro, contudo sua duração seja superior a um exercício financeiro e ele não esteja previsto no plano plurianual vigente. Nessa situação hipotética, esse investimento deverá ser adiado até a aprovação do próximo plano plurianual.
- 149** A evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios deve ser apresentada no anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.
- 150** A lei de diretrizes orçamentárias foi instituída pela Constituição Federal de 1988, mas sua amplitude foi reduzida a partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Espaço livre**